

Bastidores da crise

Econ. O. Lang

GAZETA MERCANTIL

21 DEZ 1992

por Claudia Safatle
de Brasília

No dia 8 passado, uma terça-feira, o então ministro da Fazenda, Gustavo Krause, foi chamado ao gabinete do presidente da República em exercício, Itamar Franco, para ser informado de um decreto, que já estava pronto para ser assinado, que tabelava os preços dos remédios no patamar praticado no dia 1º de dezembro. Estavam no gabinete presidencial os ministros da Justiça, Maurício Corrêa; da Saúde, Jamil Haddad; e o consultor-geral da República, José de Castro.

Krause teria ponderado ao presidente em exercício que essa medida poderia ser interpretada como um início do retorno generalizado do controle de preços e geraria uma onda de remarcações preventivas, prejudicando as taxas de inflação, até agora cadentes, tanto de dezembro quanto de janeiro. O decreto não foi assinado por Ita-

mar Franco, e aquela foi a última vez que o presidente falou com Krause, como ministro da Fazenda. O encontro seguinte, uma semana depois, foi para receber a carta de demissão do ministro (no dia 16 passado).

Sua demissão já era prevista para depois da decisão sobre o "impeachment" do presidente afastado, Fernando Collor de Mello. A do ministro do Planejamento, Paulo Haddad, também. Krause, contudo, antecipou a saída do governo para "criar um fato político e implodir as idéias heterodoxas que estavam rondando o presidente em exercício", como confidenciou um qualificado assessor da área econômica.

A manobra política teve êxito até certo ponto. "Como numa jogada de xadrez, onde você entrega o bispo para preservar a rainha." Não chegou a ser uma cartada intencional, mas ao deixar o governo Krause acabou ampliando

o espaço de Haddad e dos que com ele concordam, ainda que provisoriamente.

A luta pelo poder no governo Itamar, contudo, permanece e tende a prorrogar-se pelas próximas semanas. Ela pode ser detectada junto aos amigos do presidente, vindos de Juiz de Fora, e que o assessoram no Palácio do Planalto, que defendem medidas de apelo popular.

É encontrada junto a um grupo de senadores mais nacionalistas e que também apregoam políticas desenvolvimentistas. E tem como contraponto a área econômica do governo, que insiste na preservação das reformas estruturais e na gestão conservadora dos instrumentos de política econômica, sobretudo a política de juros, mas com temperos de políticas sociais para reduzir os efeitos da recessão sobre os mais pobres.

A reunião ministerial que tomou a sexta-feira, com previsão de avançar pelo

sábado — e que foi marcada pelo presidente em exercício para discutir os dois documentos de política econômica de curto prazo e de médio e longo prazos, preparados por Krause e Haddad, há mais de dez dias —, foi mais um "round" da disputa de poder. O centro da controvérsia continuou sendo a taxa de juro, e prevaleceu a indefinição. De um lado, o presidente do Banco do Brasil, Alcir Calliari, defendendo a possibilidade de praticar até mesmo juros negativos para títulos de curto prazo (sessenta dias) e, do outro, Haddad, Antônio Barros de Castro (do BNDES) e Gustavo Loyolla (do Banco Central), temerosos de que tal idéia — compartilhada pelos desenvolvimentistas — se transforme em decisão presidencial e produza efeitos perversos sobre a inflação.

Na próxima quarta-feira — se confirmado o afastamento definitivo de Collor de Mello, em votação no Senado nesta terça-feira —, Itamar Franco assumirá o comando da Nação. Discursará em solenidade de posse no Congresso Nacional e deverá adotar um programa de governo definido, colocando fim ao comportamento errático dos primeiros dois meses e meio de gestão. Essa, pelo menos, é a expectativa dominante no Congresso, no mercado e nos centros financeiros do exterior.